

O NOVO CURRÍCULO MÍNIMO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Francisco Assis M. Fernandes

(Professor do IAC/PUCAMP, ECA/USP e IMS)

O presente trabalho tem por objetivo estudar a gênese e desenvolvimento do ensino superior da comunicação no Brasil, com base nos diversos pareceres que regulamentam os currículos mínimos. Analisa as diferentes fases por que passaram os cursos superiores de comunicação a partir de 1943. Apresenta uma visão de conjunto dos precedentes do Parecer 480 e da Resolução 02/84 do Conselho Federal de Educação, que modificam o currículo mínimo implantado com a Resolução 03/78. Assinala os passos para a elaboração do currículo a ser implantado a partir de 1985, que visa ir ao encontro das reivindicações de profissionais, professores e estudantes, num prisma de realidade brasileira. A comunicação, afirma a UNESCO, é uma condição "sine qua non" para o desenvolvimento de um país, cujo ensino deve ser emancipado de pressões e interesses alienígenas, contrários à cultura de nosso povo. A problemática da comunicação não deve ser discutida apenas em fases de elaboração de currículo, mas deve ser uma preocupação permanente em nossas universidades, voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão (**Comunicarte** publica, no final desta edição, em **Pesquisa e Documentação**, a íntegra da Resolução nº 02/84 do Conselho Federal de Educação).

A comunicação, como fenômeno conatural ao homem, desenvolveu-se, como ensino superior no Brasil, de maneira sincrônica e diacrônica, no encontro das expectativas de profissionais, docentes e estudantes. As condições históricas, sociais e culturais favoreceram seu crescimento nos últimos quarenta anos.

No Brasil, onde há uma dominação em todos os níveis, sobretudo no que tange à economia, política e cultura, faz-se mister um esforço para que os estudos de comunicação social representem os anseios populares em busca de uma independência nessa área, isto é, uma visão crítica dos ins-

trumentos de controle explícito ou implícito do ensino universitário da comunicação.

Um dos pioneiros da pesquisa em comunicação, no Brasil, o professor José Marques de Melo, salienta que "a partir do momento em que se constata, a nível federal, que a comunicação é assunto de segurança nacional, não se pode ingenuamente supor a regulamentação do seu ensino esteja entregue ao acaso, ou ao arbítrio dos membros do Conselho Federal de Educação" e acrescenta que "as constantes mudanças de currículo não são simplesmente resultantes da insatisfação dos estudantes, dos professores, mas significam que o ensino da comunicação, devido ao papel cada vez mais importante dos meios de comunicação, tem que ser redimensionado conforme projeto de modernização da universidade brasileira, elaborado pelo governo federal na década de 60"¹.

Na universidade a problemática da comunicação deve ser discutida e nessa mesma sede é que se pode exercer uma comunicação democrática. A comunicação não deve ser um ato isolado, ou uma série de atos individuais desconexos, mas um fluxo contínuo, de muitas origens e direções, com conteúdos e formas em constante mutação, é um movimento, um curso contínuo. É um processo².

Gênese do Ensino da Comunicação no Brasil

O ensino de comunicação, em nível universitário, teve início com o Decreto-lei nº 5.480, de 13-5-43. Convém assinalar que com esse foi implantado o ensino superior de comunicação apenas em Jornalismo Impresso, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Após a instalação do Conselho Federal de Educação, coube-lhe a fixação da duração e o currículo mínimo dos novos cursos que foram surgindo (Cf. Pareceres nºs 323/62, 984/65 e 631/69).

As controvérsias sobre qual o melhor currículo de comunicação para a realidade pareceriam cessar com a publicação da Resol. 02/84. O momento histórico-cultural não nos permite um conformismo com os modelos impostos. Portanto, devem continuar, sobretudo neste período de estruturação curricular, sob pena de as universidades aceitarem passivamente "a posição de meros cartórios de expedição de diplomas exigidos pela Lei, com a finalidade do exercício da profissão"³.

No início da década de 60, o desenvolvimento do ensino da comunicação pareceu lento. Mas a partir de 1968, o crescimento acelerou-se. Basta considerar-se que até aquela data, tínhamos apenas vinte cursos. Já em 1972, essa cifra eleva-se para 46. Atualmente, o Brasil chegou a contar com 60 cursos de comunicação, concentrados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nos demais Estados da Federação, há cursos de comunicação, sobretudo nas capitais.

Principais Fases do Ensino da Comunicação no Brasil

Antes mesmo dos estudos contidos nos pareceres nº 1056 e nº 480, este último aprovado em 6 de outubro de 1983, a ABEPEC elaborara um minucioso estudo crítico da evolução do ensino da comunicação, enfatizando três fases principais:

1. **Clássico-humanística.** Esta fase vai desde os inícios dos cursos de comunicação até a segunda metade da década de 60 e caracteriza-se por uma orientação européia clássica, com ênfase nos estudos dos aspectos filosóficos, históricos e literários do jornalismo. As escolas não dispunham de equipamento técnico indispensável ao manejo dos meios de comunicação.

2. **Científico-técnica.** Esta, caracterizava-se pelo ensino da comunicação calcado no modelo norte-americano. A ênfase centra-se no tratamento científico-empírico e técnico do fenômeno da comunicação. Neste período temos o fator da demanda de novos profissionais, resultado do processo da industrialização, acrescentando-se ao estudo do jornalismo impresso, publicidade e propaganda, relações públicas e Editoração.

3. **Crítico-reflexiva.** Após o acelerado processo de desenvolvimento dos cursos, a preocupação voltou-se mais ao atendimento dos setores ligados ao ensino e ao exercício profissional de atividades comunicativas. A reflexão esteve presente em congressos simpósios e foruns. Como resultado ficou claro certo descontentamento nas entidades de classe, escolas, profissionais, docentes e acadêmicos em geral. Também os aspectos técnicos da comunicação e com a superação e crítica dos modelos técnicos importados nas fases anteriores, considerados inadequados para a realidade da comunicação nos países do Terceiro Mundo.

A Resolução 02/84

A Comissão encarregado da elaboração dos estudos preliminares para o Parecer nº 1056, que seria aprovado mais tarde, com o nº 480, de outubro de 1983, levou em consideração o crescimento de críticas de setores empresariais, secundadas por setores oficiais, ao ensino da comunicação. Assinale-se que alguns defendiam a extinção pura e simples dos cursos de comunicação por não considerarem necessários à formação de profissionais da área. Houve uma reação, sobretudo de estudantes e professores em defesa dos cursos. Docentes e alunos criticavam sim a precariedade das Escolas que ministravam cursos de comunicação, ou seja, a qualidade do ensino.

A Comissão Especial, após levantamento da situação dos cursos e ouvir os setores interessados na questão da formação profissional, em

reunião especial em 30 de junho de 1981, decidiu, por unanimidade, a seguinte preliminar de trabalho:

“Não constitui nem constituirá objeto de sua agenda de trabalho qualquer proposta em intuito de extinção dos atuais cursos de Comunicação, mantendo seu objetivo de desenvolver todos os esforços no sentido de aperfeiçoar a qualidade de ensino, pesquisa e atividade de extensão dos cursos de comunicação em nível superior”.

Dentre as “diretrizes curriculares”, o Parecer prescreve três “áreas cognoscitivas”, como:

- a) a vivência direta da realidade;
- b) a experiência intermediada pela ação de grupos como a família, a escola e as comunidades;
- c) a experiência proporcionada pelos meios e atividades de comunicação social.

As Funções dos Profissionais da Área da Comunicação

A Comissão Especial, nos estudos e conclusões, estabeleceu os parâmetros nos quais o profissional da comunicação deve localizar-se, ou seja:

“Aperfeiçoar práticas democráticas nas relações de produção de mensagens e nas relações entre os produtores de mensagens com as fontes de informação e o público usuário; desenvolver e ampliar a pesquisa e a reflexão sobre a comunicação e seu impacto sobre a sociedade; explorar e criar novas possibilidades de expressão artística e cultural através das técnicas e linguagens de comunicação; e explorar novos usos para a comunicação na sociedade”.

Donde se infere que, para um exercício profissional na área da comunicação, o Parecer prescreve a necessidade de o formando dominar um conjunto de conhecimentos que abrange três áreas:

a) **Ciências Sociais** — o conhecimento da realidade social em que vai operar, instrumentos para analisar o sistema de produção e processos de mudança social;

b) **Ciências da Comunicação e da Linguagem** — onde se dê ao profissional conhecimento dos sistemas de comunicação atuais e a metodologia para analisar o sistema de técnicas de linguagem para operá-las;

c) **Filosofia e Arte** — conhecimentos que proporcionem aos estudantes condições para os aspectos existenciais e estéticos dos fenômenos, além de levá-los a uma reflexão ética diante dos valores sócio-culturais.

O Novo Currículo e as Habilitações

A Resolução 02/84 não extinguiu habilitações já existentes, apenas modificou a denominação. Assim, Rádio e Televisão passou a denominar-se **Radialismo** e Editoração, **Produção Editorial**. Deste modo, no rol das habilitações, o ensino superior da comunicação compreende as seguintes habilitações:

1. Jornalismo
2. Publicidade e Propaganda
3. Radialismo
4. Relações Públicas
5. Produção Editorial
6. Cinema.

PROJETOS EXPERIMENTAIS

Importante aspecto da Resolução 02/84 é a obrigatoriedade dos Projetos Experimentais que compreenderão a produção, no último semestre do curso, de trabalho relacionado com a habilitação específica. Esse trabalho exigido compreende algumas formas, como monografia, fita gravada de som e imagem, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de Relações Públicas sempre realizados nos laboratórios da própria escola.

Para a realização dos Projetos Experimentais, o Parecer estabelece que as escolas devem dispor de instalações e laboratórios necessários ao desenvolvimento das atividades específicas de cada habilitação. O parágrafo 2º do Art. 8º da Resolução 02/84 declara textualmente: "Os estabelecimentos poderão destinar laboratórios e equipamentos para o uso de mais de uma habilitação, em horários diferentes e respeitada a relação aluno-equipamento".

A Implantação do Novo Currículo em 1985

A fixação do prazo para a implantação do currículo mínimo, no ano seguinte à entrada em vigor da Resolução. Portanto, fica estabelecido o ano de 1985 para que as escolas elaborem os seus currículos. Assim, muitas instituições já criaram comissões para estudar a melhor maneira da implantação da estrutura prescrita pela Resolução 02/84. É importante que todos que se preocupam com o fenômeno da comunicação, que não se trata de compartimentos estanques. A comunicação é uma ciência interdisciplinar, portanto o seu ensino reflete os problemas da própria educação no Brasil. Não pode permanecer no campo restrito da concepção tecnicista, mas deve-se dar ênfase ao conhecimento teórico, pois este dá con-

dições de intervenção crítica, habilita-o comunicar e manter-se atualizado com o desenvolvimento tecnológico. O profissional da comunicação deve intervir na realidade brasileira como sujeito e agente transformador do processo.

Para Roberto Amaral, a comunicação está presa à atualidade, ao hoje, ou aos fatos de ontem quando noticiados pela primeira vez (daí a atualidade) ou quando sua recuperação é determinada por fatos novos, ou ainda quando sua menção se destina a facilitar a compreensão de acontecimentos recentes⁴. É nessa perspectiva que as comissões encarregadas pelas escolas, compostas de docentes e discentes, devem agir para que possam elaborar um currículo pleno de acordo com as necessidades ou exigências do mercado de trabalho, dos profissionais e da comunidade estudantil.

Conclusão

O currículo mínimo, que o Parecer nº 480 estabelece com a Resolução 02/84, vem aperfeiçoar o ensino superior de comunicação vigente no Brasil, desde a década de 50.

Num país em vias de desenvolvimento, como o nosso, deve-se privilegiar a importância da comunicação popular, da comunicação comunitária e da comunicação rural.

As escolas devem elaborar seus currículos, dentro das normas estabelecidas pela Resolução 02/84 de forma que contribua para a formação do profissional da comunicação não se restringir apenas a uma sala de aula. É evidente que um bom curso de comunicação não depende, somente, de um currículo mínimo. Nem de um currículo pleno. A autêntica formação do comunicador deve resultar de um processo de abertura à sociedade e seus problemas, do interesse desenvolvido pela cultura de nossa época, pela arte e pela ciência⁵, pois segundo a UNESCO, a comunicação é indispensável para o esforço do homem no sentido de melhorar a qualidade de vida. Afeta a sua produtividade, a sua expressão pessoal e as suas necessidades de vínculos sociais.

Referência Bibliográfica

AMARAL, Roberto. "A formação básica de um comunicador social voltado para a realidade brasileira". In: **V Encontro Latino-americano sobre a formação básica do profissional de comunicação**. UNESCO-SP, São Paulo, abril de 1977.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens**. Petrópolis, Vozes, 1983.

- GRUBER, Frederick. **Antropologia da educação**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos teóricos da comunicação humana**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MARASCHIN, Jaci. "Questionamento teórico: o provisório e a utopia". In: MELO, José Marques de (coord.). **Ideologia e poder no ensino da comunicação**. São Paulo, Cortez & Moraes, Intercom, 1979.
- MELO, José Marques de (coord.). **Ideologia e poder no ensino da comunicação**. São Paulo, Cortez & Moraes/Intercom, 1979.
- VIEIRA, Edvaldo Amaro. "Poder e Educação". In: **Educação & Sociedade**. São Paulo, 1978, p. 93 – 96.
- XIFRA-HERAS, Jorge. **A informação: análise de uma liberdade frustrada**. Rio de Janeiro, Luz/EDUSP, 1975.

NOTAS:

1. José Marques de MELO (coord.). **Ideologia e poder no ensino da comunicação**, p. 12.
2. Juan E. Diaz Bordenave. **Além dos meios e mensagens**, p. 31.
3. Jaci Maraschin. "Questionamento teórico: o provisório e a utopia": in: **Ideologia e poder no ensino da comunicação**, p. 138.
4. Roberto AMARAL. **A formação básica de um comunicador social voltado para a realidade brasileira**, p. 274.
5. Jaci MARASCHIN, *ibidem*, p. 142.